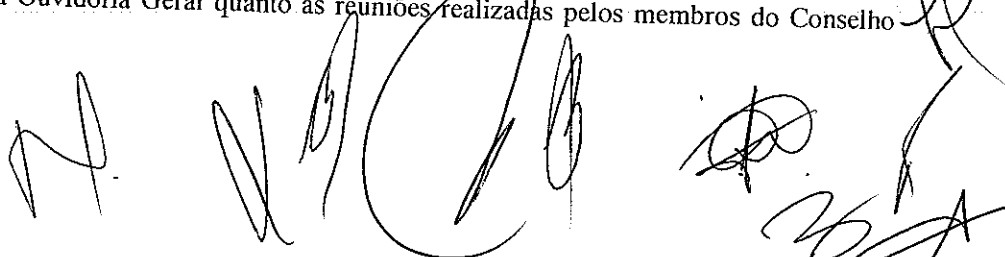
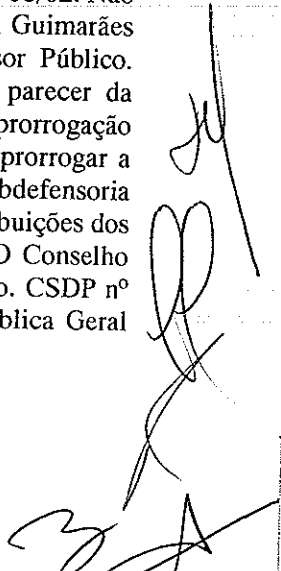
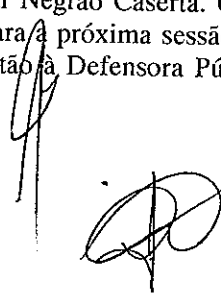
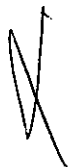
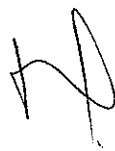


ATA DA 312ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano dois mil e treze, na sala de Reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Juliana Saad, Franciane de Fátima Marques, Rafael Valle Vernaschi, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Denise Nakano Veronezi, substituindo o Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano, Aluisio Iunes Monti Ruggeri Ré representando a Corregedoria Geral, e Representando a Apadep, Bruno Diaz Napolitano. Ausentes justificadamente os Conselheiros Luciano Alencar Negrão Caserta, Fabiana Botelho Zapata e Rafael Bessa Yamamura em razão do período de férias e José Moacyr Doretto Nascimento, ausente por motivos de saúde. O Presidente iniciou a sessão às 09h50min justificando a ausência da Defensora Pública Geral, Daniela Sollberger Cembranelli em razão de férias. Encaminhou a ata da 311ª Sessão Ordinária para aprovação. Aprovada por unanimidade. Comunicou que essa semana a Defensoria Geral recebeu a visita do Dr. Murilo Curi, Procurador de Justiça aposentado e um dos autores do Estatuto da Criança e do Adolescente, para agradecer o apoio da Escola da Defensoria Pública na promoção do II Congresso Nacional Direito e Fraternidade e reforçar a parceria com a instituição pela luta em pró aos direitos das crianças e adolescentes. Informou as reuniões realizadas essa semana com Tribunal de Justiça, Ministério Público e OAB, para viabilizar o trabalho na defesa de pessoas carentes no âmbito do plantão judiciário que será instalado na próxima semana no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - CRATOD, na região central da cidade, e esclareceu que a Instituição, por ora, não ingressará como parceira do projeto, mas participará para garantir a observância dos direitos de quem for eventualmente atendido e informou que houve convergência de pontos de vista e fluxos de trabalho com representantes do MP-SP. Os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e da Infância e Juventude participaram das discussões. A Terceira Subdefensora, Conselheira Juliana Saad, informou que haverá uma nova reunião na próxima semana para reanalisar o fluxo criado e que na minuta do provimento editado pelo Conselho Superior da Magistratura há previsão da oitiva do Ministério Público e da Defensoria Pública nos pleitos de internação compulsória. O Presidente informou que nessa primeira semana o Defensor Público Flávio Frasseto será designado para atuar no projeto e que a Defensoria Geral irá avaliar a atuação de acordo com o fluxo. O Conselheiro Bruno Miragaia reforçou que deve haver uma postura institucional. A Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon, indagou quem irá abordar e encaminhar os usuários de drogas ao CRATOD. O Presidente informou que a abordagem e encaminhamento serão feitos por agentes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, em parceria com a missão Belém, entidade que atua na região com o apoio aos usuários de droga e pessoas em situação de rua. Passou-se às comunicações da Secretaria que informou a ausência dos Conselheiros José Moacyr Doretto do Nascimento, Luciano Alencar Caserta e Fabiana Zapata. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. O Defensor Público Bruno Lopes de Oliveira, Coordenador da Regional de São José dos Campos, parabenizou a Administração Superior e o Conselho pela condução do processo de distribuição de cargos e de criação de novas unidades e informou que protocolou a proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/2007, pleiteando cargos de estagiários em razão do aumento de número de defensores públicos, solicitando que sejam estabelecidos critérios objetivos nas discussões. Entregou aos Conselheiros uma tabela da regional, na qual baseou a proposta ora protocolada. O Sr. André Luis, estudante de direito da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, destacou que a Defensoria Pública é uma carreira bem vista para os estagiários de direito e falou da importância do convênio da Defensoria Pública com o Núcleo de Assistência Jurídica Universidade que visa analisar as demandas de tutela coletiva que chegam ao local. O Defensor Público Mateus Moro, Presidente da Comissão de Prerrogativas, sugeriu uma reunião extraordinária para votar o processo que trata da Deliberação da Comissão e os processos de desagravo. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos conselheiros. A Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon, entregou aos conselheiros o Ofício OG 042/2013 no qual manifesta a opinião da Ouvidoria Geral quanto às reuniões realizadas pelos membros do Conselho



Superior, as quais, para ela, ferem o princípio da publicidade. A Conselheira Juliana Saad agradeceu a vinda e a manifestação do Defensor Público Bruno Lopes e consignou que as reuniões realizadas são verdadeiras reuniões de trabalho, sem a intenção de deliberação, que é feita nas sessões do Conselho Superior. Informou que a CTI tem acompanhado o calendário do Tribunal de Justiça quanto aos processos eletrônicos e que algumas regionais já estão recebendo treinamentos. O Presidente considerou razoável a manifestação da Ouvidora-Geral, mas destacou a importância de realizar as reuniões de trabalho sobre determinados assuntos, sem prejuízo de sua publicização, porém sem as formalidades de uma sessão ordinária. O Conselheiro Luis Gustavo cumprimentou o colega Bruno por fomentar uma discussão importante e informou que será o relator do processo. Parabenizou a Ouvidora-Geral pela manifestação e concordou com o princípio da publicidade. Informou que teve dificuldades para utilizar o certificado digital por conta das senhas e que na oportunidade foi informado pela CTI que deveria vir à Capital para resolver, porém, inconformado, procurou outra solução e descobriu que a Imprensa Oficial tem filiais em cidades no interior e solicitou que os órgãos de execução da Defensoria Pública Geral estejam bem preparados para respaldar os Defensores Públicos. O Conselheiro Rafael Vernaschi parabenizou o colega Bruno Lopes pela proposta e manifestou-se sobre os critérios de avaliação. Pontuou que os Conselheiros não deliberaram nas reuniões de trabalho e concorda com a publicidade. A Conselheira Franciane registrou que o Conselho Superior tem direito de realizar reuniões de trabalho e ponderou que são abertas. Também indagou se a Ouvidoria e Defensoria-Geral têm condições de dar publicidade a todas as reuniões de trabalho. O representante da Apadep, Bruno Diaz Napolitano, divulgou o ato que será realizado no dia 06/02/2013, no Congresso Nacional, para derrubada do veto Presidencial na PL 114, no que tange ao orçamento para as Defensorias Públicas. Solicitou a dedicação do Colegiado e Administração Superior com relação aos possíveis pedidos de afastamentos para participação no evento. Questionou a Administração Superior sobre as tratativas referentes à remuneração dos Defensores Públicos junto ao Executivo e o andamento dos pareceres sobre o subteto constitucional salarial para Defensores Públicos e outro sobre o regime de previdência que será aplicada aos novos Defensores. Sugeriu que seja emitido comunicado com informações das Unidades e Regionais para os candidatos do Concurso de Remoção e informou que a Apadep está viabilizando um fórum de discussão sobre o tema. Convidou todos para a confraternização em Ribeirão Preto. O Presidente informou que as tratativas com o Executivo ainda não se iniciaram por conta das férias. Informou que a Assessoria Jurídica ainda não completou os pareceres. Prestou informação sobre a série de eventos que ocorrerá para discussão da atuação estratégica de tutela coletiva. Com relação ao concurso de remoção, informou que poderá haver uma mudança na lista de antiguidade em decorrência da mudança de entendimento sobre a contagem de tempo de estágio no Ministério Público. Em razão disso, haveria necessidade de abrir um prazo para defensores entregarem nova documentação ao Departamento de Recursos Humanos até dia 28/01 ou pedido de reaproveitamento de documento já apresentado. Assim, a lista de antiguidade será publicada em 29/01, abrindo prazo de 2 dias para impugnação, as quais, se houver, deverão ser julgadas no dia 1/02, antes da remoção. Os Conselheiros deliberaram realizar a sessão ordinária com pauta reduzida para o concurso de remoção em 15/02/2013, às 14 horas em local a ser definido. O Presidente propôs alteração nas agendas de sessões. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, alterar a sessão ordinária do dia 31/01 para o dia 07/02 para julgamento das possíveis impugnações e permanecer dia 01/02 a sessão ordinária na regional de São Carlos, às 11 horas. Os conselheiros decidiram julgar os agravos em pauta na sessão do dia 08/02. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 163/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade, no concurso de remoção de Defensor Público. Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. O Presidente informou que há um parecer da Procuradoria Geral do Estado referente à contagem de tempo do período de licença e solicitou prorrogação da vista concedida por mais uma sessão. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na instituição). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 296/12. Interessado: Alexandre Pereira Soares. Assunto: Pedido de sugestão à Defensoria Pública Geral

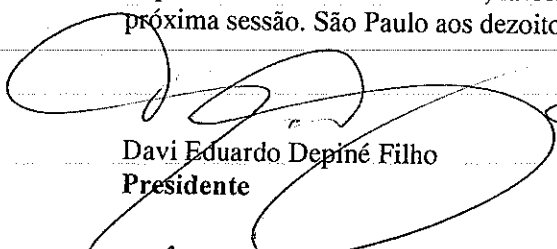


para expedição de recomendação ao Departamento Pessoal da instituição, visando o cumprimento das Deliberações CSDP nº 109/08 e CSDP nº 253/12. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator proferiu a leitura do relatório e voto para conversão em diligência, a fim de colher informações da Coordenadoria Geral da Administração e Coordenadoria de Tecnologia da Informação. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, converter o julgamento do processo em diligência. CSDP nº 302/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (Regimento Interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Presidente proferiu a leitura do voto da relatora. Vista concedida ao Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. CSDP nº 305/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (março a julho de 2012). Relatora: Conselheira Juliana Saad. A relatora proferiu a leitura do relatório e voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. CSDP nº 319/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2012). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator proferiu a leitura do relatório e voto. A Conselheira Franciane indagou sobre a competência do Nucleo que trata de maus tratos no sistema prisional. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. CSDP nº 336/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2010). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. CSDP nº 345/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2012). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. Vista concedida a Conselheira Franciane de Fátima Marques. CSDP nº 335/12. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/2006 (Cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 353/12. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 050/07 (que cria e regulamenta a Comissão de Acompanhamento do Estágio Probatório). Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/12. Interessado: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Abertura de inscrições para membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 360/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 187/10 (disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação aos Exmos. Defensores Públicos Daniela Skromov de Albuquerque e Carlos Weis. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 315ª sessão ordinária. CSDP nº 361/12. Interessada: Alessandra Pinho da Silva. Assunto: Remoção por união de cônjuges (de: Regional São José dos Campos / para: Unidade Caraguatatuba). Relator:

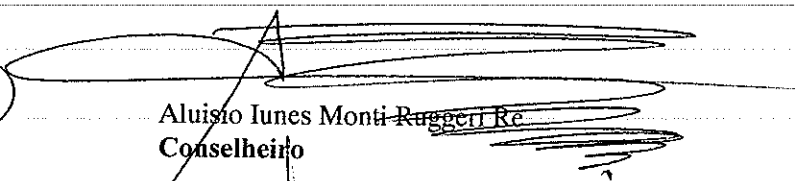


Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o pedido da interessada. Deliberou ainda, ser ônus da interessada informar caso haja alteração de sua condição. CSDP nº 362/12. Interessados: Coordenadores dos Núcleos Especializados. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 84/08 (abre prazo para os Defensores Públicos se inscreverem para participar, como membros ou colaboradores, dos Núcleos Especializados, fixa o limite de seus integrantes, e dá outras providências). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O relator proferiu a leitura do relatório e voto. Vista concedida para a Conselheira Juliana Saad. CSDP nº 001/13. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "II Congresso Nacional Direito e Fraternidade", no período de 25 a 27 de janeiro de 2013. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento dos seguintes Defensores Públicos: Anísio Vieira Caixeta Junior, José Henrique Jacob Golin Matos, Renata Klimke e Wladimir Alves Bittencourt. CGDP CAEP nº 013/11. Interessado: Bruno Cesar da Silva. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 011/11. Interessado: Bernardo Faeda e Silva. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 075/11. Interessado: Tamara de Pádua Capuano. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 080/11. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 025/11. Interessado: Danilo Caetano Silvestre Torres. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 010/11. Interessada: Áurea Maria de Oliveira Manoel. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. O representante da Apadep, Bruno Diaz Napolitano, solicitou esclarecimentos quanto à forma de mobilização e divulgação dos trabalhos relacionados a derrubado do veto presidencial no PL 114, já que ontem o Presidente da Associação encaminhou um comunicado a todos os defensores públicos e servidores no sentido de articularem e abordarem os assistidos para assinatura do abaixo assinado durante o atendimento. O Presidente informou que a Corregedoria encaminhou um comunicado orientando todos os envolvidos, no sentido de não haver desvio do serviço público e recursos públicos para divulgação e pedido de assinatura do abaixo-assinado. O conselheiro Luis Gustavo discordou desse posicionamento defendendo que a derrubada do veto é de interesse público e não particular. A Ouvidora Geral manifestou-se no sentido de estabelecer uma forma de abordagem. O Presidente informou que não houve articulação entre a Defensoria-Geral e a Apadep organizar a abordagem conforme o comunicado e considera que o pleito é corporativo, apesar de interesse público. O representante da Apadep informou que não houve conversa com a Administração Superior antes de encaminhar o comunicado porque entende que o fato é de total interesse público. O Conselheiro Bruno Miragaia sugeriu que o Conselho Superior emita um comunicado com orientações para dirimir quaisquer dúvidas. O Conselheiro Rafael Vernaschi opinou ser importante que a emissão do comunicado seja pela Corregedoria-Geral. A Conselheira Franciane ponderou que a carreira foi construída pela luta com a sociedade civil e vários pleitos foram articulados em conjunto. A Ouvidora-Geral ponderou que o diálogo deve se dar de forma coerente e emancipatória. O Presidente franqueou a palavra para a Presidente da Associação dos Servidores, que demonstrou sua preocupação quanto à forma de abordagem e informou que na unidade em que atua fez de forma ampla a todos os usuários. O Presidente encaminhou proposta de fazer comunicado pela Defensoria Geral traçando métodos para colher assinaturas. O representante da Apadep considerou importante que o comunicado seja

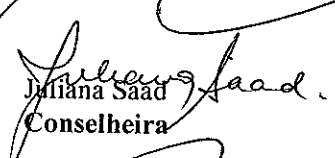
assinado pelo Conselho Superior, Corregedoria, Associação e Ouvidoria e informou que a Associação está assumindo o ônus dos recursos que por ventura serão utilizados para divulgação, registrando sua discordância quanto ao posicionamento de que o tema seja corporativo e não público. Sugeriu que se reúnam segunda-feira na parte da manhã, Ouvidoria, Corregedoria, para discutir uma forma de viabilizar a coleta de assinaturas e comunicar os Defensores e servidores. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de 2013.



Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente



Aluísio Iunes Monti Ruggieri Re
Conselheiro



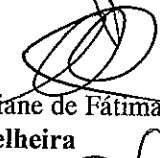
Juliana Saad
Conselheira



Denise Nakano Veronezi
Conselheira



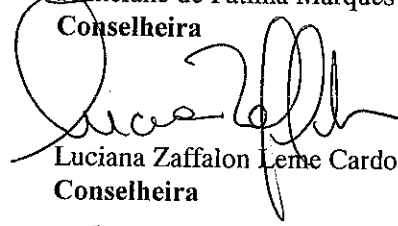
Bruno Ricardo Miragaia
Conselheiro



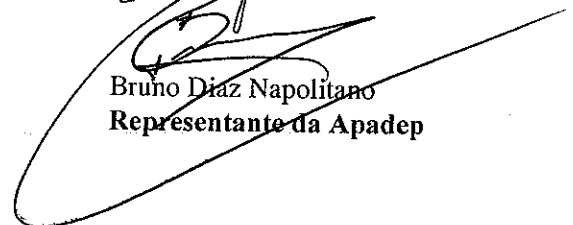
Franciane de Fátima Marques
Conselheira



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro



Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



Bruno Diaz Napolitano
Representante da Apadep



Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro